

## Apresentação: Antropologia, Educação, Alteridades e Desigualdades

---

Neusa M. M. de Gusmão <sup>a</sup>  
Marion Teodósio de Quadros <sup>b</sup>  
Gunther Dietz <sup>c</sup>

As preocupações conceituais e os correspondentes estudos etnográficos que a antropologia da educação propõe nos motivou a construir este dossiê temático para a revista *Anthropológicas* para avaliar, mesmo que parcialmente, os ganhos do campo antropológico com o tema da educação e como isto tem refletido um contexto da antropologia da educação brasileira que se encontra em construção. Por esta razão, este dossiê tem como propósito aprofundar reflexões sobre o diálogo entre a Antropologia e a Educação a partir das correlações entre questões ou práticas educacionais e diferenças e/ou desigualdades de gênero, sexualidade, raça, etnia, geração, idade, seus deslocamentos, entrecruzamentos e/ou interseccionalidades.

Lembramos nesta proposta que os Gabinetes de Antropologia e Psicologia Pedagógica, no início do século XX, conformaram-se como instrumentos voltados para a formação de professores nas Escolas Normais, fato que evidencia que o diálogo entre a Antropologia e

a Antropóloga. Professora Titular (aposentada) - UNICAMP. Email: neusagusmao@uol.com.br.

b Professora da Pós-Graduação em Antropologia e Departamento de Antropologia e Museologia (UFPE). Email: marionteodosio@yahoo.com.

c Profesor-Investigador, Universidad Veracruzana (México). Email: guntherdietz@gmail.com.

a Educação não é algo novo. A partir dos anos de 1990, com o reconhecimento da diversidade social e cultural brasileira na Constituição de 1988, o diálogo entre as duas áreas de conhecimento, a antropologia e a educação, vem sendo objeto de reflexão mais sistemático de antropólogas e antropólogos brasileiros, num campo de pesquisa e atuação que tem se consolidando por meio de pesquisas, publicações e atuações práticas em diferentes instancias públicas e privadas, devido às implicações políticas, teóricas e metodológicas geradas por um debate tenso e promissor. Parte desse debate diz respeito às políticas educacionais multiculturais, por um lado, e a diversidade e desigualdades características das sociedades pós-coloniais, por outro. Neste sentido, este dossiê pretendeu colocar três pontos de debate: 1) a relação entre o conceito de cultura e o de educação, 2) as abordagens teóricas e políticas suscitadas pela crescente pluralidade e desigualdades socioculturais e, 3) o uso da etnografia na pesquisa educacional.

O ensino de antropologia na formação de professores, a escolha profissional, os processos de ensino-aprendizagem e de socialização nos mais variados espaços, os diversos modos de visibilizar preconceitos e desigualdades a partir de diferenças etárias, geracionais, de gênero, de orientação sexual, raça, etnia, classe, religião, geração, seus deslocamentos, entrecruzamentos, interseccionalidades e (re)produção na escola ou em outros espaços de socialização, são alguns dos temas importantes para este debate e em parte, contemplados pelos artigos aqui selecionados. Cabe afirmar que uma antropologia da educação moderna e consistente se encontra em construção no Brasil e em outras partes do mundo. Neste sentido, este é um campo de pesquisa e atuação de muitos antropólogos e antropólogas de vários países e/ou grupos, cada um com história e preocupações específicas. Um corpo de reflexões promissoras relacionado às políticas multi ou interculturais e às sociedades pós-coloniais encontra-se em desenvolvimento, evidenciando o fortalecimento do campo em uma série de iniciativas que têm contribuído para a sua consolidação e para o alcance do debate, que aqui pretende apenas lançar ideias e possibilidades para outras e novas reflexões.

A proposta se faz organizada por dois momentos. Um ensaio introdutório condensado de conceitos e de ideias a respeito das abordagens da diversidade social e cultural; dos encontros e desencontros da Antropologia da Educação. Nela, Gunther Dietz, antropólogo de la Universidad Veracruzana, México, nos fala da contribuição fundamental da antropologia e da necessidade de desconstrução crítica de essencialíssimos simplificadores na busca de processos interculturais na educação, uma das tarefas da antropologia. O autor apresenta a tendência dos anos de 1990 como fundamentais, quais sejam, o estudo das interculturalidades, das diversidades e interseccionalidades destes novos tempos. Defende então, uma antropologia descolonial proveniente do Sul global, formulada tanto pelo discurso acadêmico poscolonial como pelas reivindicações dos movimentos indígenas e afrodescendentes, que é explicitamente político e transformador.

O conjunto de artigos que se seguem a este ensaio tem como propósito montar um cenário da antropologia da/e educação brasileira, a partir de textos de diferentes autores, organizados em dois eixos: o primeiro tem por tema **Antropologia, Formação de Professores, Ensino** e o segundo apresenta a temática **Cultura, Interculturalidade, Educação Indígena**. Cada eixo se organiza em torno de textos que buscam olhar para experiências de ensino tanto nos programas de pós-graduação como de graduação dentro e fora das Ciências Sociais e trazem exemplos etnográficos vividos no ensino superior, no ensino médio, em cursos de formação de professores e, na dimensão da educação para a diversidade.

O primeiro eixo - **Antropologia, Formação de Professores, Ensino** - é composto por quatro textos.

O primeiro texto, de Amurabi de Oliveira coloca em debate a significativa expansão de programas de pós graduação em antropologia no Brasil, de modo a indagar: *qual o perfil dos antropólogos que possuem interface com a educação?* Em seu texto *A Antropologia, os Antropólogos e a Educação no Brasil*, o autor discute o fato da Antropologia da Educação ser um campo em construção e em expansão no caso brasileiro,

cujas características podem ser apreendidas no inventário de linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, produção acadêmica e orientações desenvolvidos em programas de graduação e pós-graduação em Antropologia. O levantamento das características desses programas, oferece um retrato mais institucional da antropologia brasileira que tem por centro a temática da educação e aponta para a condição periférica da educação como tema de pesquisa. Diz, ainda, que a questão educacional surge para pesquisadores como um elemento em meio a problemas de pesquisa mais amplos, que ocupam a centralidade de suas investigações. Segundo o autor, os programas mais consolidados tendem a ter menos professores interessados pelo campo educacional, de modo que aqueles que poderíamos compreender como mais ‘periféricos’ são justamente os que apresentam um número mais significativo de docentes que indicam uma interface com a educação. Mesmo assim, o texto revela que as pesquisas em educação desenvolvidas nos programas em antropologia tendem a apresentar um tom mais engajado, preocupadas com questões práticas postas no universo de seus sujeitos de pesquisa. Elas apontam para uma forte articulação com as dissertações e teses produzidas nos respectivos programas de pós-graduação, bem como, com a produção acadêmica posta em circulação, principalmente aquelas mais coletivas e escritas em coautoria. Aponta ainda, para um balanço positivo da Antropologia da Educação no Brasil, pois se não se pode afirmar que seja um campo consolidado, tampouco segundo Oliveira, se pode afirmar ser este um campo pouco expressivo, já que cada vez mais, o tema da educação tem ganho destaque, especialmente entre os programas de pós-graduação mais periféricos.

Neste cenário, o segundo texto intitulado *Antropologia, Cultura e Educação na Formação de Professores*, de Neusa M. M. Gusmão, complementa o debate a respeito de uma Antropologia da Educação no Brasil, apontando para a presença da antropologia como disciplina num curso de formação de professores. O texto expõe as exigências atuais com relação à prática educativa do professor, exemplificada

pela questão do racismo brasileiro e as possibilidades de contribuições do campo antropológico. A pergunta norteadora do debate é: *o que pode a antropologia oferecer em relação à prática pedagógica e à formação do professor, para além de encontros e desencontros possíveis dessa ciência com a educação?* A reflexão busca centrar o diálogo em torno de paralelos e possíveis cruzamentos entre o campo científico e o campo das práticas que ambas – Antropologia e Educação – apresentam e representam. A conclusão aponta para o campo político que envolve a prática do antropólogo e que também está presente na prática do professor e que incide sobre a formação e a prática de ambos, seja na pesquisa ou na docência.

É com esse mesmo enfoque que o terceiro texto se apresenta, para dizer da etnografia do aprendizado de antropologia numa turma de terceiro semestre do curso de Pedagogia de uma universidade pública do nordeste brasileiro, tema do texto de Bernadete de L. R. Bezerra e Rémi Fernand Lavergne, que dá continuidade ao desenho da antropologia brasileira em seu processo de expansão para outros campos, nomeadamente no campo da educação. Com o título *Etnografando a Sala de Aula: contribuições da antropologia à formação de professores*, o texto apresenta a questão do desnaturalizar a prática do ‘dar/assistir aula’, para mostrar que o exercício da exotização do familiar não permite apenas a constituição de uma forma específica de enxergar e lidar com o ‘outro’, mas talvez, principalmente, lidar consigo próprio, observar-se nas práticas cotidianas, produzindo, desse modo, a reflexividade indispensável igualmente às práticas docente e antropológica. O ‘dar-e-assistir aula’ aqui descrito e analisado revela princípios tais como os que o antropólogo encontra no questionamento de sua própria cultura, nas observações dos modos de vida nativos, e que também o professor de antropologia e estudantes de Pedagogia enfrentam no cruzamento de olhares em torno da experiência e no sentido do espaço escolar onde se institui o ritual do ‘dar/assistir aula’. Conclui, a partir dessa experiência etnográfica, que a ‘exotização’ da escola permite ao menos enxergar de outra maneira o ‘dar/assistir aula’, uma

prática considerada tão familiar à primeira vista, mas que encontra-se muito bem envolvida em mistérios conhecidos e compartilhados por alguns mas, estrategicamente ou não, escondidos de todos.

Complementar ao texto da experiência educativa no ensino superior exposta por Bezerra e Lavergne, o texto que se segue, *A juventude como questão: alteridades e autoridades em escolas da periferia de São Paulo*, de Alexandre Barbosa Pereira, fala etnograficamente da experiência educativa de jovens da periferia de São Paulo, para de modo semelhante, discorrer sobre a dimensão ritual dos processos educativos e sobre como a escola pública e periférica, como instituição, tem rituais disciplinares, mas também de memória e transmissão de saberes, que são questionados ou reinventados pelas relações de sociabilidade desenvolvidas pelos estudantes e suas práticas de zoeira e gozação, gerando uma série de conflitos. Da seriedade da instituição contraposta à jocosidade das relações juvenis/estudantis, o texto apresenta modos de subversão do que é previsto pela escola em seu âmbito institucional e que resulta em confronto, em processos de estigmatização dos jovens e da escola, ordenando uma dimensão de negação protagonizada pelos estudantes, e que não se restringe à relação com a escola, mas se amplia para outras negações estabelecidas nas relações entre os próprios estudantes. É assim que, por meio das zoeiras e das relações de sociabilidade juvenil, esses jovens criam um sistema de busca de sentido e de reconhecimento muito mais interessante para eles do que o proporcionado pela escola. A este movimento, a escola como instituição se fecha à compreensão da vida externa e do cotidiano dos alunos, impedindo qualquer forma de diálogo com quem deveria ser o principal motivo de sua existência: os estudantes. Assim, ao negar o mundo dos estudantes, a escola nega-se a si mesma.

Como evitar tais procesos de negação institucional? Neste desafio o texto de Elisete Schwade e de Rozeli Maria Porto, *O Ensino de Antropologia na Capacitação de Educadoras/es: Experiência Subjetivas em Processo*, pode ser uma contribuição a um dos lados da instituição escola: das (os) educadoras (es) em sua formação. Como dizem as autoras, o texto

traz reflexões construídas em situações de ensino de antropologia na formação de professoras/es para, a partir da contextualização dessas experiências, demonstrar que é necessário perceber os múltiplos contextos que se entrelaçam no universo da escolarização, evidenciando algumas desigualdades de gênero vivenciadas pelas professoras e suas possíveis repercussões na docência. É necessário perceber as realidades socioculturais dos estudantes, posto que desafiam professoras/es a refletir sobre aspectos subjetivos de suas experiências partilhadas. A perspectiva centrada na relação da antropologia com a educação, propõe a incorporação das diferentes experiências dos sujeitos, professores e alunos, como conteúdo na facilitação da aprendizagem. Assim, a descrição das aulas de antropologia em curso de formação específico para professores, o GEEMPA, tem por meta ampliar a percepção da prática educativa, contextualizando-a no interior de um mundo plural, diverso, heterogêneo, por meio da incorporação das referências de pesquisa e etnografia e também de reflexões acumuladas sobre a relação diversidade/processos educativos. Aqui, as possibilidades de diferentes abordagens acerca da subjetividade na antropologia podem auxiliar no aprofundamento da reflexão, podem permitir problematizar as situações vividas, em especial quando relacionadas à valorização da escuta em contextos específicos. As autoras afirmam que os processos de formação dos professores, o diálogo com as referências da antropologia, são situações que acionam e evidenciam aspectos subjetivos, pautados em referências sobre o cotidiano, a relação subjetividade/estilos de vida partilhados, indivíduo, identidades sociais.

O segundo eixo deste Dossiê – **Cultura, Interculturalidade, Educação Indígena** – também composto por quatro textos, apresenta inicialmente a questão da cultura na experiência de mobilidade de estudantes cabo-verdianos no Brasil e em Portugal, dando continuidade ao primeiro eixo em torno de experiências educativas e diversidade.

O texto de Danielle Ellery Mourão, *Estudantes cabo-verdianos do ensino superior no Brasil e em Portugal: projeto de vida e elaboração de identidades*, como já diz o título, evidencia a dinâmica dos projetos de

vida e as relações cotidianas e históricas de estudantes imigrantes em universidades brasileiras, revelando a perspectiva do *outro* a respeito do mundo acadêmico a partir da abordagem e análise etnográfica no campo educacional. Estudantes cabo-verdianos no Brasil e em Portugal relatam a saída, a permanência e o regresso vivido em busca de formação superior nestes dois países. Falam das tensões identitárias e raciais vivenciadas, tendo em vista os processos de interação com diversos grupos sociais dentro e fora da universidade. O texto discute o impacto do trânsito para a reelaboração das identidades, do pertencimento, e efetivação dos projetos de vida e profissionais dos estudantes. A questão da internacionalização, da migração e da educação superior é vista como uma solução para a melhoria da qualidade de vida e um desejo partilhado por toda a família que contribui para o fluxo dos estudantes para diversas instituições de ensino superior. A circulação internacional acarreta impactos sociais, culturais, econômicos e políticos dos estudantes, tanto em termos de processos de interação social, incorporação de práticas linguísticas, como pedagógicas nas universidades, tensões e conflitos raciais, práticas transnacionais, entre outros.

A questão cultural reflete imediatamente os sentidos e significados dos encontros/desencontros culturais de diferentes grupos e coloca em tela, o segundo texto deste eixo de debate, qual seja, a questão da interculturalidade e adentra a questão da educação escolar indígena.

Raimundo Nonato F. do Nascimento; Marion Teodósio de Quadros e Vânia Rocha F. de P. e Souza, com o texto *Interculturalidade enquanto prática na educação escolar indígena*, abrem o debate da educação diferenciada em duas escolas indígenas de Roraima. O texto se propõe a compreender a interculturalidade enquanto prática na educação escolar indígena. Com ênfase nos autores latino-americanos, os autores refletem sobre algumas possibilidades conceituais da interculturalidade, para em seguida, analisar sua aplicabilidade prática na Escola Estadual Indígena Eurico Mandulão, na comunidade Raimundão e



a Escola Estadual Indígena Dom Lourenço Zoller, na comunidade Pedra Preta. Discute as práticas interculturais nas quais as relações de troca, conflito e fusão de horizontes, convivem com as de assimilação e tolerância e busca demonstrar como a ausência de uma definição clara do que seja a interculturalidade no campo da educação escolar indígena, acarreta diferentes definições do que seja interculturalidade com implicações de ordem prática. A discussão que se faz, na tentativa de compreender a interculturalidade enquanto prática no campo da educação escolar indígena aponta para a complexidade da realidade educacional dos povos indígenas de Roraima, assim como dos diversos povos indígenas brasileiros. Na conclusão os autores afirmam que uma proposta de educação intercultural não deve limitar-se apenas à dimensão da diferença, esquecendo a dimensão da desigualdade e as relações de poder e dominação às quais as minorias étnicas são submetidas, pois sem uma preocupação com estes últimos aspectos, a educação ainda que ‘intercultural’, continuará contribuindo para a reprodução das estruturas de discriminação social.

Com preocupação semelhante, o texto de Valdir Jesus de Santana e de Clarice Cohn, intitulado *Formas de estar na cultura na e pela Escola: O caso dos indígenas Tupinambá de Olivença/BA*, coloca em pauta a cultura e a escola, agora no caso da Bahia. O texto pretende demonstrar o que os Tupinambá definem como o *estar na cultura* e do como este investimento se constitui a partir da relação que estabelecem com a escola, na medida em que esta é considerada lócus produtor de cultura e, por conseguinte, definidor (entendido como um processo e não no sentido definitivo) do que estes entendem por tornar-se *forte na cultura* e *estar na cultura*. O objetivo central é o de refletir a ação da escola, através de distintas ‘ações pedagógicas’, e das relações que esta possibilita e articula, tanto interno quanto externamente, no movimento que multiplica a escola pelo Território Indígena, em especial pelas áreas de retomadas. A escola é, portanto, hoje, um lugar onde se deve construir *Tupinambá sabido*. No limite, *tornar-se sabido* implica em sair em defesa do parentesco e na possibilidade de *estar na cultura*. Tornar-se

sabido passa pela escola, posto que é nela que se aprende o ‘conhecimento das letras’, ‘das coisas de branco’ como forma de defender-se dos tempos em que se era engando; tornar-se sabido através da escola é, também, possibilidade de ‘*melhorar de vida*’. Assim, segundo os autores, os Tupinambá fazem escola para resistirem e resistem fazendo escola. Estudar é resistir. A escola, nesse novo contexto, produz torção e inversão de forças, já que está a serviço dos próprios Tupinambá, inclusive, diante da presença, hoje, de estudantes não indígenas em suas escolas.

Como organizadores dessa proposta, esperamos que o dossiê possa contribuir para o conhecimento dos modos de institucionalização da Antropologia da Educação e para que a discussão da diversidade e da desigualdade como dimensões entrecruzadas dos fenômenos educativos fortaleçam o debate e a e inspiração para a desconstrução de preconceitos, discriminações e desigualdades, bem como o diálogo com alteridades na escola e na sociedade.